



## COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER NA EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### SKILLS TO BE DEVELOPED IN EDUCATION FOR DEMOCRACY: A LITERATURE REVIEW

Maria Alice Gomes de Oliveira  
Alexandre Ventura Caçador Carvalho  
Gilson Vasconcelos Dobbin  
Hérycka Sereno Neves da Rocha  
Raquel Braga Rodrigues  
Thaís da Costa Picchi \*

*Nossa habilidade de alcançar a unidade na  
diversidade será a beleza e o teste da nossa civilização*  
Mahatma Gandhi

**Resumo:** O trabalho tem como objeto de reflexão a educação para democracia, considerando um contexto no qual é tida como um elemento essencial para propiciar a participação ativa e consciente dos cidadãos em um regime democrático. O objetivo foi realizar um levantamento sobre os recursos vistos como importantes para uma efetiva participação cidadã em uma democracia. Adotou-se a perspectiva das competências para identificar esses recursos, compreendendo que abrangem os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que seriam relevantes para a vivência democrática. O levantamento foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica no campo da educação para democracia. O resultado é uma categorização dos recursos, que traz uma visão panorâmica sobre o que tem sido considerado como prioritário pelos pesquisadores da área.

**Palavras-chaves:** Educação para a Democracia; Educação para a Cidadania; Letramento Político; Competências.

**Abstract:** The work aims to reflect on education for democracy, seen as an essential element to stimulate the active and conscious participation of citizens in a democratic regime. The objective of the study was to conduct a survey on which resources are taken as important for effective citizen participation in a democracy. The competence perspective was used to identify

---

\* Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e Terapia Comunitária ([mariaalice.oliveira@camara.leg.br](mailto:mariaalice.oliveira@camara.leg.br)); Graduado em Ciências Econômicas e Especialista em Processo Legislativo ([alexandre.carvaho@camara.leg.br](mailto:alexandre.carvaho@camara.leg.br)); Gilson Vasconcelos Dobbin ([gilson.dobbin@camara.leg.br](mailto:gilson.dobbin@camara.leg.br)); Graduada em Estudos Sociais, Especialista em Gestão Estratégica e em Psicopedagogia Reeducativa; Mestre em Poder Legislativo ([herycka.rocha@camara.leg.br](mailto:herycka.rocha@camara.leg.br)); Graduada e Mestre em Administração ([raquel.braga@camara.leg.br](mailto:raquel.braga@camara.leg.br)); Graduada em Psicologia e Mestre em Psicologia Social Organizacional e do Trabalho ([thais.picchi@camara.leg.br](mailto:thais.picchi@camara.leg.br)). Servidores da Câmara dos Deputados.

these resources, considered as knowledge, skills, attitudes and values that would be relevant to the democratic experience. The survey was conducted through a literature research in the education for democracy field. As a result, a categorization of competences elements is presented and provides an overview of the field's researches priorities.

**Keywords:** Education for Democracy; Education for Citizenship; Political Literacy; Competences.

## 1 Introdução

A relação entre democracia e participação social tem sido apontada como um dos fatores essenciais para a avaliação da qualidade e da legitimidade dos processos democráticos, assim como para o fortalecimento da cidadania.

Dahl (1995, 1989) indica pré-requisitos para se considerar que uma democracia está consolidada. Em geral, referem-se a institutos ou ferramentas institucionais como eleições livres e frequentes, igualdade de voto e liberdade de expressão, entre outros. Mas, além destes, para o autor, a participação efetiva da população também vigora como um pré-requisito.

Bobbio (2000), por sua vez, defende, em sua definição mínima de democracia, que, além de um elevado número de cidadãos aptos a participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas e a existência de regras de procedimento, é indispensável que aqueles que participam decidindo ou elegendo representantes, tenham alternativas reais de participação e, mais ainda, tenham condições de escolher.

O autor defende a tese de que uma das promessas não cumpridas da democracia pode ser observada no declínio da formação para cidadania. A democracia dependeria de sujeitos que, por um processo formativo, assumiriam o papel de cidadãos ativos. E para exercer a cidadania ativa seria preciso estar apto para o debate e para a realização de escolhas. Assim, a informação e o conhecimento seriam indispensáveis para o exercício da cidadania e, conseqüentemente, para a democracia.

Reforçando uma visão mais ampliada sobre a caracterização de um sistema democrático, o estudo denominado *Democracy Index*, realizado pela The Economist (2013) propõe uma classificação dos países quanto ao seu índice de democracia. Para tanto, considera cinco indicadores para mensuração: processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política. Neste estudo, a partir dos resultados dos indicadores, os países são classificados quanto ao tipo de regime como: democracias plenas; democracias imperfeitas; regimes híbridos; e regimes autoritários.

A partir destas referências, ressalta-se, portanto, a participação como um requisito essencial em um regime democrático e a formação para cidadania como elemento indispensável nesse processo.

A esse respeito, Benevides (1996) resgata o que John Dewey afirmou sobre a

necessidade de uma sociedade democrática desenvolver em todos os seus membros a capacidade de pensar, participar na elaboração e aplicação das políticas públicas e julgar seus resultados. Ao trazer esta ideia, a autora afirma que o filósofo americano se refere, sem dúvida, à educação para a democracia. Esta consiste, por um lado, na formação para a cidadania ativa, ou seja, a formação para a participação na vida pública e, ao mesmo tempo, “para viver os grandes valores democráticos que englobam as liberdades civis, os direitos sociais e os de solidariedade” (BENEVIDES, 1996).

De acordo com Cosson (2008), é mundial a preocupação com a educação para a democracia e, tendo em vista o número crescente de países se transformando em democracias, ela tem adquirido um sentido de importância e urgência. Com essa visão, escolas, empresas, órgãos governamentais, instituições sem fins lucrativos e parlamentos ao redor do mundo têm trabalhado em favor de estabelecer ações educativas voltadas ao letramento político e ao fortalecimento do regime democrático.

No entanto, algumas pesquisas apontam para níveis preocupantes de apatia, ignorância e cinismo a respeito da vida pública. Também o declínio da participação dos jovens na política institucional é motivo de preocupação (CRICK, 1998; KAHNE; WESTHEIMER, 2003).

A falta de tradição democrática em países que recentemente adotaram tal regime, as mudanças culturais, como a exacerbação do individualismo, em países com democracias já mais consolidadas e também nas novas democracias, o multiculturalismo e a chamada crise do sistema representativo, são alguns dos fatores que contribuem para um perfil de cidadão afastado da política e da res pública. Esta é uma conjuntura desafiadora para uma democracia sadia, que necessita da participação popular.

Analisando o caso brasileiro, Benevides (1996, p. 3) afirma que:

Com o movimento de democratização do país e com o reconhecimento universal de que não há desenvolvimento exclusivamente no campo econômico, sem concomitante desenvolvimento social e político, a questão da educação política se tornou de fundamental importância.

Um dos resultados brasileiros marcantes nos indicadores mensurados pelo *Democracy Index* aponta para um déficit justamente nos itens impactados pela educação: participação política e cultura política (THE ECONOMIST, 2013).

Mas quais capacidades o cidadão necessita para efetivamente exercer essa atuação? Que competências devem ser desenvolvidas em processos de educação para democracia? O que a literatura traz como competências mais importantes para a formação cidadã?

Uma visão geral do que está sendo desenvolvido na área de educação para a democracia pode ser útil para responder de forma descritiva as questões acima colocadas. Neste sentido, **a presente pesquisa teve como objetivo levantar os recursos considerados importantes para uma efetiva participação do cidadão em uma sociedade democrática por meio de uma pesquisa bibliográfica no campo da educação para democracia.** Para identificar estes

recursos adotou-se a perspectiva das competências, que abrange tanto a dimensão dos conhecimentos, quanto das habilidades, atitudes e valores que seriam relevantes para a vivência democrática. Espera-se obter como resultado uma referência para uma análise do campo.

Assim, este artigo apresenta, primeiramente, uma revisão a respeito da educação para democracia que orientou o levantamento realizado. Em seguida, conceitua competências e discute sua inserção na área da educação, justificando a utilização desta abordagem para o objetivo proposto. Na seção destinada à metodologia, estão descritos todos os procedimentos utilizados para o levantamento bibliográfico realizado e posterior categorização dos resultados. Na seção seguinte, são apresentados de forma sistematizada os resultados do levantamento bibliográfico e sua discussão. Por fim, apresentam-se as conclusões do estudo.

## **2 Educação para a Democracia**

A educação para a democracia pode ser definida como conjunto de ações e metodologias voltadas para o desenvolvimento de cidadãos capazes de viver em um regime democrático, vivenciando plenamente suas práticas e valores. Dentro do mesmo campo semântico, mas com diferentes nomenclaturas, vários autores trabalharam o conceito de educação para a democracia. Gutmann (1999) define como o desenvolvimento de virtudes, conhecimentos e habilidades necessárias para a participação política. Crick (1998, p.41) a define como “aprendizagem sobre e como nos fazer atuantes na vida pública por meio de conhecimentos, habilidades e valores”.

No Brasil, alguns autores também trabalham esse conceito. Benevides (1996), por exemplo, o expressa como segue:

A Educação para Democracia é constituída de: formação intelectual e informação, que atribuem aos indivíduos a capacidade de conhecer para melhor julgar; educação moral, que diz respeito à internalização de valores essenciais à democracia; e educação do comportamento, que refere-se a adoção de atitudes condizentes com os valores democráticos (BENEVIDES, 1996).

Já Cosson (2010, p. 195) define como “processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para manutenção e aprimoramento da democracia”. Ambas as definições apontam para a centralidade da questão dos valores e do conhecimento, ou, mais apropriadamente, de um conhecimento fundado em certos valores.

Muitos países têm buscado, por meio dos seus sistemas educacionais, encontrar uma forma de preparar seus cidadãos para a vivência democrática e, assim, reverter o suposto cenário de apatia e, muitas vezes, aversão em relação à política e à participação na vida pública. A inclusão dessas temáticas no sistema de ensino, no entanto, deveria fornecer aos estudantes algo mais do que a informação sobre o funcionamento do sistema democrático. Não basta ter acesso a dados e informações, nesse cenário é necessário o desenvolvimento de competência informacional que, segundo Prata (2007, 2007, p. 6), é

[...] a habilidade em reconhecer quando existe uma necessidade de informação e a capacidade de identificar, recuperar, avaliar e usar eficazmente essa informação para a resolução de um problema ou para a tomada de uma decisão.

Também é necessária a internalização de valores democráticos, com cidadãos que saibam e queiram atuar individualmente e coletivamente na vida pública. Fundamentalmente, a grande preocupação é desenvolver um cidadão mais ativo e crítico.

Para além da educação formal, na esfera pública brasileira, inúmeras instituições têm se preocupado em desenvolver ações de educação para a democracia. No Judiciário, por exemplo, os Tribunais Regionais Eleitorais desenvolvem sistematicamente atividades com o objetivo de instruir e sensibilizar o cidadão para o exercício do voto. a Escola de Administração Fazendária (ESAF) do Ministério da Fazenda desenvolve, já há alguns anos, o programa de Educação Fiscal, buscando incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

No Legislativo, essa atuação se mostra ainda mais premente, tendo em vista os questionamentos acerca do sistema representativo e, principalmente, tendo seu funcionamento e sua estrutura justificada principalmente pela adoção do regime democrático. Além disso, o Poder Legislativo “é ponto de convergência e de convivência dos modelos e instrumentos de representação, participação e deliberação política, essenciais para o adequado relacionamento entre Estado e sociedade” (MARQUES-JUNIOR, 2009, p.83). Assim, diversas casas legislativas brasileiras têm desenvolvido ações de aproximação com a sociedade por meio de eventos educativos que buscam disseminar conhecimentos sobre as funções e papel deste poder.

No entanto, falar em educação para a democracia é algo amplo e claramente tal ação não é limitada a uma fase da vida ou a um único espaço, ou seja, a educação para a democracia se dá em diversas situações, momentos e ambientes. O próprio fato de se viver em um Estado democrático já é uma forma de transmissão de conceitos e valores sobre a democracia, embora a qualidade da vivência democrática seja determinante nesse complexo processo de aprendizado.

Outro aspecto a ser observado nas definições de educação para democracia apresentadas é justamente a articulação de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a serem desenvolvidos. Nesse sentido, o conceito de competência emerge como um constructo importante nesse campo, visto a existência de um reconhecimento de que a vivência democrática exige dos cidadãos um conjunto de competências que vão além do mero conhecimento formal como afirmou-se anteriormente.

### **3 Competências**

O início da discussão sobre competências está ligado ao contexto da gestão organizacional. Autores como Hirata (1994) e Ruas (2005) relacionam o surgimento do conceito às transformações na lógica da atividade produtiva, que implicam em formas mais complexas de conceber e organizar o trabalho. As inéditas situações laborais demandam das pessoas novas

capacidades, além de uma maior autonomia para realização do trabalho, de maneira que possam lidar com eventos e problemas complexos.

Quando se aprofunda no estudo do conceito, observa-se na literatura grande diversidade de definições. Boyatziz (1982) e Spencer e Spencer (1993) adotam a definição de que a competência é um conjunto de características que definem o perfil do indivíduo, determinando um desempenho em um trabalho ou em uma situação, a partir de uma referência. Spencer e Spencer (1993) defendem que estas características são divididas em visíveis – constituídas pelos conhecimentos e habilidades – e ocultas, formadas pelas atitudes, valores, traços pessoais e motivação.

Para Zarifian (2003), o conceito de competência está centrado na autonomia do indivíduo e na iniciativa que toma em diferentes situações ou problemas a serem resolvidos, em determinado contexto, a fim de alcançar um resultado esperado. Este resultado está sempre ancorado por um objetivo.

Algumas abordagens enfatizam sua expressão em termos práticos e não apenas potencial. Sandberg (1994), por exemplo, afirma que a definição de competência não é apenas de que constitui o conjunto de todos os conhecimentos e habilidades das pessoas, mas se refere a este conjunto colocado em prática quando as pessoas realizam o trabalho. Ruas (1998; 2005), na mesma linha, defende que a noção de competência se relaciona aos conhecimentos, habilidades e atitudes que estão disponíveis para serem mobilizados em uma situação específica de forma direcionada para um resultado desejado.

Bitencourt (2001), após ampla revisão teórica sobre o tema, apresenta 21 diferentes conceitos de competências encontrados na literatura, demonstrando a diversidade conceitual do termo e as diferentes ênfases que são atribuídas pelas correntes teóricas. Enquanto algumas enfatizam o comportamento, outras chamam atenção para o resultado, ou, ainda, para a aprendizagem individual e o desempenho.

Embora as abordagens sobre competências tenham surgido no ambiente organizacional, foram transpostas ao contexto educativo, onde encontraram terreno fértil para seu desenvolvimento.

Para Perrenoud (1999), um dos expoentes dessa abordagem no contexto escolar, um processo educativo centrado no desenvolvimento de competências estaria ligado a uma substituição do modelo tradicional de transferência de conhecimentos por se tratar da mobilização de saberes para aplicação em situações complexas, em situações reais, no trabalho e fora dele (família, cidade, lazer etc.). A transferência e a mobilização das capacidades e dos conhecimentos exigem tempo, etapas didáticas e situações apropriadas.

No Brasil, a inserção no campo educativo das abordagens centradas em competência está ligada à reforma educacional implementada a partir da Lei n. 9394/1996 (LDB) e, logo após, nos dispositivos de regulamentação no que se refere à educação profissional, como o

Decreto-Lei n. 2208/1997 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional (DELUIZ, 2001).

Sobre este processo, Sobral (2000) aponta que, partir da década de 1990, a educação passa a ser vista em nosso país como promotora da competitividade, passando a ser avaliada em função de sua capacidade de possibilitar aos estudantes em formação as condições para garantir sua empregabilidade em uma sociedade cada vez mais complexa.

Nesta perspectiva, a noção de competência alcançaria os currículos escolares com a intenção de desenvolver sujeitos autônomos, capazes de se adaptar a mudanças e enfrentar novas situações, atuando de forma ativa: “Numa lógica de competências, a escola do século XXI, preocupa-se com a preparação de todos os alunos para a vida” (DIAS, 2010, p.155).

Além do currículo, a abordagem ao ensino-aprendizagem na perspectiva das competências considera os saberes como recursos a serem mobilizados para solução de problemas, e valoriza a utilização de novas metodologias, incentivando o protagonismo e a integração disciplinar (DIAS, 2010).

Há, por outro lado, uma perspectiva crítica em relação à aplicação do conceito de competência ao contexto educativo (RICARDO, 2010; DUARTE, 2010; BIESTA; LAWY, 2006). Tais críticas apontam para a subordinação do processo educativo e da construção do conhecimento às exigências do mercado cada vez mais dinâmico e com menos garantia e segurança de empregabilidade. Nas palavras de Gnecco (2005, p. 5): “aborta-se a educação para cidadania em detrimento da educação produtiva, procedimental”.

No cerne dessa crítica, está a leitura de que as abordagens centradas no conceito de competência estariam alinhadas a um modelo neoliberal de sociedade, no qual é reforçada a todo o momento a responsabilização individual em detrimento de aspectos mais coletivos. Construiria, dessa forma, um processo educativo no qual os indivíduos são convidados a um esforço permanente de adaptação ao mercado, com poucas oportunidades para fazer uma leitura transformadora dessa realidade.

Entretanto, o conceito de competências pode trazer contribuições importantes para se pensar programas de educação para democracia e cidadania especialmente porque aborda a perspectiva da prática, da ação e, portanto, da aplicação de conhecimentos e habilidades. Segundo Dutra, Hipólito e Silva (1998, p. 2), “[...] pode-se falar de competência apenas quando há competência em ação, se traduzindo em saber ser e saber mobilizar conhecimentos em diferentes contextos”. Ainda, que a competência é apreendida diante de uma situação concreta na qual se mobiliza recursos para atingir um resultado; pressupõe uma consciência da ação realizada; e está relacionada a um resultado gerado.

Assim, a ideia da ação e da mobilização de conhecimentos e habilidades para uma aplicação concreta é encontrada nos dois conceitos, o de competência e o de educação para a democracia. Pois o que se espera dos cidadãos não é que apenas conheçam e entendam o

funcionamento do governo e das instituições políticas, mas que desempenhem um papel ativo, e que, como diz Paro (2000, p. 9),

[...] diuturnamente o cidadão comum sinta que sua vida está integrada a um todo social para o qual ele contribui com suas ações, com suas opiniões e sua participação em múltiplas instâncias do tecido social, em que seus interesses e sua vontade manifesta sejam levados em conta. Mas, para que isso aconteça é preciso, dentre outras coisas, que ele seja formado para assim agir e interagir.

Portanto, a partir do arcabouço teórico apresentado, e compreendendo que a abordagem das competências pode apoiar a definição de ações estruturadas de educação para democracia, realizou-se um levantamento na literatura a respeito dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores considerados relevantes para uma participação efetiva dos cidadãos em uma democracia a fim de construir um quadro de referência que auxiliará na compreensão sobre como este tema vem sendo tratado pela literatura e, ao mesmo tempo, poderá subsidiar futuras pesquisas sobre o letramento político. A seguir, apresentamos a metodologia utilizada para realização deste levantamento.

#### **4 Metodologia**

Para o alcance do objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória. De acordo com Gil (1999), este tipo de estudo visa proporcionar familiaridade com um problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses sobre determinado tema. O mesmo autor destaca que este tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, para o aprimoramento de determinados conceitos preliminares sobre uma temática e, assim, contribui para descobrir novos enfoques sobre o assunto ao reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então desconhecidas.

Quanto ao procedimento escolhido, o estudo pode ser classificado como pesquisa bibliográfica, a qual recupera o conhecimento científico acumulado sobre um determinado tema utilizando dados secundários. As fontes de dados na pesquisa bibliográfica abrangem todo o referencial já publicado sobre determinado tema, desde livros, teses, dissertações, artigos científicos, até jornais e revistas, dentre outros. No caso do presente estudo, foram utilizados primordialmente artigos científicos nacionais e internacionais sobre o tema educação para democracia.

##### **4.1 Fontes e forma de coleta de dados**

A pesquisa de artigos científicos foi feita a partir das seguintes bases e serviços de bases de dados: Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional (Rede RVBI), EBSCO, Proquest, Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e outros textos que fazem parte do referencial adotado pelo grupo de pesquisa. Os termos utilizados para pesquisa foram: “educação para democracia”; “educação para cidadania”; “educação política”; “educação legislativa”; “*teaching democracy*”, “*civic education*”, “*citizenship education*”, “*political*



*education*". Esta primeira etapa retornou o total de 47 artigos.

Na segunda etapa, foi realizada uma seleção dos trabalhos que constituíram a base de dados da pesquisa. Para a seleção, levou-se em conta a relevância do artigo para o tema, ou seja, se “educação para democracia” ou conceito correlato era o tema principal do artigo e, ainda, se ele tratava de iniciativas de educação para democracia em diferentes contextos. Também foi levado em conta o número de citações deste artigo em outros trabalhos acadêmicos. Ao final desta etapa, foram selecionados 21 trabalhos que estão relacionados no quadro a seguir.

#### Quadro 1 - Obras selecionados para o levantamento

1. AI, JOY CHEW OON. Civics and moral education in Singapore: lessons for citizenship education? **Journal of Moral Education**, v. 27, p. 505-524, 1998.
2. BENEVIDES, Maria V. M. Educação para democracia. **Revista Lua Nova** n. 38, 1996.
3. CASSEL, Carol A.; LO, Celia C. Theories of political literacy. **Political Behavior**, v. 19, n. 4, 1997.
4. COSSON, Rildo, COSSON, Rildo. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. **E-Legis**, n.7, p.49-58, 2. Sem. 2011.
5. DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
6. DUDLEY, Janice; ROBISON, Judith; TAYLOR, Anthea. Educating for an Inclusive Democracy: critical citizenship literacy. **Discourse: studies in the politics of education**, v. 20, n. 3, 1999.
7. CRICK, Bernard. Education for citizenship and teaching of democracy in schools. **Final report of the Advisory Group on Citizenship**. London: Qualifications and Curriculum Authority (QCA), 1998.
8. EDELSKY, Carole. Education for democracy. **Language Arts**; v. 71, n. 4; p. 252-257, 1995.
9. FINKEL, Steven E, Can democracy be taught? **Journal of Democracy**, v. 14, p. 137-151, 2003.
10. BIESTA, Gert; LAWY, Robert. From teaching citizenship to learning democracy: overcoming individualism in research, policy and practice. **Cambridge Journal of Education**, v. 36, n. 1, p. 63-79, 2006.
11. GOMES, Wilson, Democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.
12. HAHN, Carole L, Citizenship education: An empirical study of policy, practices and outcomes. **Oxford Review of Education**; v. 25, n. 1-2, p. 231-250, 1999.
13. HERBERT, Yvonn. Citizenship education: towards a pedagogy of social participation and identity formation. **Canadian Ethnic Studies Journal**, 29, 82-96, 1997.
14. HUNTER, Susan; Brisbin, Richard A, Jr. Civic Education and Political Science: a survey of practices. **Political Science & Politics**, v. 36, n. 04, p. 759-763, 2003.
15. YOUNISS, James. Civic Education: What schools can do to encourage, civic identity and action. **Applied Developmental Science Journal**, v. 15, n. 2, p. 98-103, 2011.
16. KAHNE, Joseph; WESTHEIMER, Joel Teaching Democracy: What schools need to do. **Phi Delta Kappan**, v. 85, n. 1, p. 34-40, set. 2003.
17. KERR, David. Changing the political culture: The Advisory Group on Education for Citizenship and the Teaching. **Oxford Review of Education**, v. 25, n. 1-2, p. 275-284, 1999.
18. LIMA, João Francisco. Educar para a democracia como fundamento da educação no Brasil do século XX: a contribuição de Anísio Teixeira. **Educar em Revista**, n. 39, p. 225-239, jan./abr. 2011.
19. TAYLOR, Julie Anne; Trepanier-Street, Mary, Civic Education in Multicultural Contexts: New Findings from a National Study. **The Social Studies**, v. 98, n. 1, 2007.
20. WALLING, Donovan R. The return of civic education. **Phi Delta Kappan**, v. 89, n. 4, p. 285-289, Dez 2007.
21. WESTHEIMER, Joel; KAHNE, Joseph, What kind of citizen? The politics of educating for democracy. **American Educational Research Journal**; v.41, n. 2; p. 237-269, jun. 2004.

Fonte: elaboração dos autores.

Nos artigos selecionados, foi realizado um levantamento das competências consideradas

importantes para a formação de cidadãos atuantes. É preciso destacar que a literatura pesquisada nem sempre utiliza o conceito “competência”. Para fins deste trabalho, o termo foi empregado de forma abrangente para se referir a todos os elementos (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) encontrados neste levantamento.

#### **4.2 Organização e categorização dos dados**

Para análise dos dados provenientes da pesquisa bibliográfica, foi realizada a organização temática e teórica do conteúdo em categorias de análise. Segundo Maroy (1997), esta técnica consiste em descobrir categorias ou classes pertinentes de objetos, de ações, de pessoas ou de acontecimentos e definir as suas propriedades, a partir das quais se constrói um sistema ou um conjunto de relações entre essas classes. Neste tipo de análise, distinguem-se três atividades cognitivas: a redução dos dados; a apresentação/organização dos dados; e sua interpretação/verificação.

Assim, no presente trabalho, a categorização das informações foi realizada nas seguintes etapas:

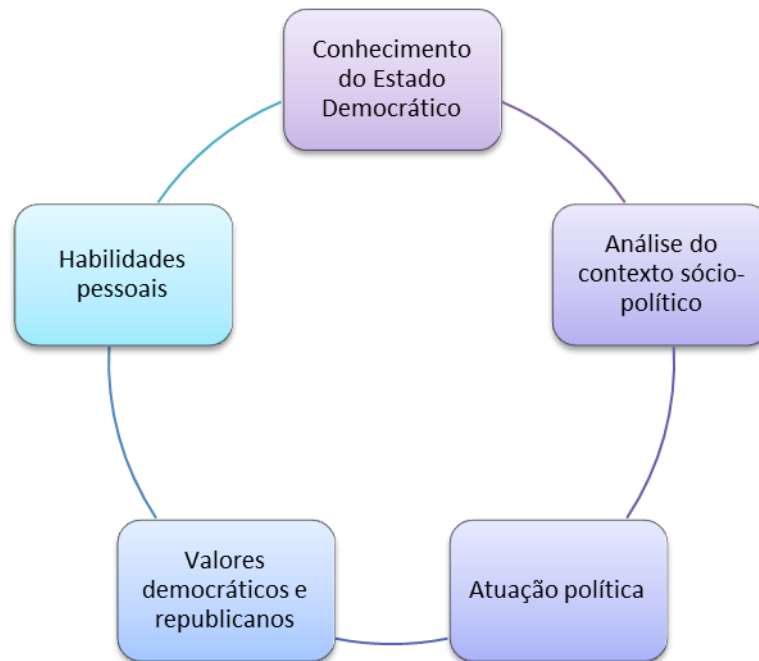
- Primeira: listagem das competências/elementos de competências levantadas e classificação quanto ao tema ao qual cada uma delas se referia;
- Segunda: revisão para uniformização dos temas identificados na primeira etapa de classificação;
- Terceira: agrupamento dos temas em grandes categorias, que foram renomeadas e descritas de forma a identificar as temáticas abordadas em cada uma delas.

A etapa de tratamento dos dados deu origem a um quadro no qual se identificam cinco categorias temáticas de competências. Para cada categoria há uma descrição e uma lista de exemplos de competências/elementos de competências encontradas no levantamento realizado.

A análise dos dados foi feita a partir deste quadro, buscando identificar abordagens e tendências dentro do tema educação para democracia.

#### **5 Resultados e Discussão**

Após a organização temática do conteúdo encontrado no levantamento bibliográfico, foi possível a identificação de cinco categorias relacionadas à educação para a democracia. Referem-se a conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que são citados e reconhecidos pela literatura pesquisada como sendo importantes para o processo educativo dos cidadãos para a vida democrática e em comunidade. A figura 1 ilustra as categorias identificadas.



**Figura 1** – Categorias de competências identificadas  
Fonte: elaboração dos autores.

Na categoria **Conhecimento do Estado Democrático**, foram agrupados os elementos referentes ao conhecimento, em geral, teórico, sobre os conceitos de democracia e cidadania, assim como organização do Estado Democrático.

Já na categoria **Atuação Política**, foram agrupados os itens referentes à ação política enquanto cidadão ativo. Referem-se a comportamentos e atitudes de engajamento em ações voltadas para a coletividade, no âmbito de uma comunidade ou grupo social.

Na categoria **Análise do Contexto Sócio-Político**, foram agrupados os elementos referentes ao conhecimento e à compreensão do contexto político, econômico e social nos âmbitos local, nacional e mundial. Também estão nessa categoria os itens sobre os processos envolvidos na busca e interpretação de informações sobre tal contexto. Essa categoria agrega exemplos que ressaltam a importância de se manter informado acerca do contexto sócio-político, mas não apenas isso, incluindo a interpretação e análise de diferentes posicionamentos acerca de uma questão, percebendo a complexidade de temas.

Na categoria **Valores Democráticos e Republicanos** foram agrupados os itens referentes ao respeito à valorização da igualdade, às leis e ao bem público e responsabilidades individual e social. Também o acatamento à vontade da maioria, respeitando os direitos humanos e das minorias.

Por fim, na categoria **Habilidades Pessoais**, foram agrupados os itens referentes a habilidades pessoais de comunicação, negociação, interação grupal e liderança, importantes em várias esferas da vida e também para participação social como cidadão.

A seguir, apresentamos uma listagem de exemplos de itens de cada categoria. É necessário ressaltar que se trata de uma listagem não exaustiva, ou seja, ilustra os tipos mais

comuns de itens considerados pertinentes para dada categoria. Além disso, os itens tentam reproduzir, ao máximo, a linguagem utilizada pelos autores dos trabalhos consultados.

### **Categoria: CONHECIMENTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO**

- Conhecer os direitos e deveres dos cidadãos;
- Conhecer o ideal de democracia;
- Conhecer os processos democráticos;
- Compreender as responsabilidades dos cidadãos em uma democracia;
- Compreender como se fazem as leis;
- Compreender o processo de eleição de representantes;
- Conhecer como a distribuição de poder se organiza e funciona em uma sociedade democrática;
- Conhecer as formas e espaços institucionais de participação dos cidadãos;
- Conhecer como está organizado o Estado.

### **Categoria: ANÁLISE DO CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO**

- Estar informado sobre as questões de interesse, eventos e notícias de sua comunidade e região;
- Conhecer o contexto político e econômico atual do país e seu desenvolvimento histórico;
- Reconhecer os diferentes grupos sociais e suas causas;
- Analisar criticamente o ideal de democracia frente seu contexto real;
- Examinar causas estruturais de problemas sociais e buscar soluções;
- Avaliar criticamente as estruturas sociais, políticas e econômicas para ver além das causas superficiais;
- Realizar pesquisas, selecionar, relacionar, interpretar dados e informações para construir argumentação e posicionar-se diante das situações de interesse do país e de sua comunidade;
- Analisar situações, relações e campos de força de forma sistêmica;
- Conhecer métodos usados historicamente para gerar mudanças e promover justiça social.

### **Categoria: ATUAÇÃO POLÍTICA**

- Mobilizar esforços individuais e da comunidade para o alcance dos resultados pretendidos;
- Engajar-se em esforços coletivos da comunidade;
- Participar de esforços para ajudar pessoas com necessidades;
- Desafiar as normas existentes ao invés de reforçá-las;
- Gerenciar e superar conflitos advindos da convivência democrática;
- Disseminar informações sobre atividades políticas;
- Demonstrar desejo de participar nas questões da comunidade;
- Reconhecer-se pessoalmente responsável em ajudar os outros;
- Atuar como voluntário em momentos de crise;
- Interessar-se por política;
- Assumir posições de liderança dentro de sistemas estabelecidos e estruturas comunitárias;
- Promover seus objetivos como indivíduos e grupos no contexto de controvérsias políticas;
- Organizar ações de protesto e/ou pedido de mudança;
- Conduzir projetos e desenvolver estratégias dentro da comunidade.

**Categoria: VALORES DEMOCRÁTICOS E REPUBLICANOS**

- Demonstrar respeito às leis acima dos interesses individuais;
- Reconhecer a responsabilidade no exercício do poder;
- Mostrar preocupação com o bem comum;
- Valorizar a identidade nacional;
- Demonstrar respeito ao bem público, acima do interesse privado;
- Adotar a tolerância em suas ações;
- Adotar a solidariedade em suas ações;
- Comprometer-se com a garantia das liberdades individuais;
- Estar atento às tensões inerentes entre pluralismo e assimilação;
- Respeitar a vontade da maioria, com devido respeito aos direitos das minorias;
- Zelar pela igualdade de direitos e oportunidades;
- Demonstrar integridade;
- Conviver com as regras estabelecidas pela sociedade;
- Identificar as práticas que ferem os princípios de igualdade.

**Categoria: HABILIDADES PESSOAIS**

- Entender o ponto de vista dos outros;
- Conhecer estratégias para o alcance de objetivos/tarefas de forma coletiva;
- Tomar decisões para alcance dos objetivos pretendidos;
- Fazer apresentações;
- Falar em público, comunicando ideias e objetivos;
- Compreender e administrar a tensão entre os indivíduos e o grupo;
- Saber como satisfazer as necessidades individuais ao mesmo tempo em que ajuda a entender as necessidades do grupo;
- Tecer coalisões entre interesses variados;
- Trabalhar em grupo;
- Aprender a pesar as diferentes opiniões e argumentos;
- Partilhar a liderança;
- Demonstrar tolerância à ambiguidade;
- Mediar/conduzir debates, administrando conflitos e ideias divergentes;
- Defender seus objetivos em arenas políticas controversas;
- Respeitar a variedade de vozes e opiniões, inclusive contrárias às suas;
- Demonstrar autodisciplina;
- Ouvir e aprender com aqueles que têm opiniões diferentes.

Observa-se que as cinco categorias são interligadas e interdependentes, pois abordam aspectos complementares de uma formação cidadã para atuação no contexto democrático. Além disso, no processo de categorização foi encontrada grande convergência na bibliografia consultada, ou seja, não foi percebida grande diferença entre os autores com relação às competências/elementos de competências considerados importantes para a formação cidadã. No entanto, apesar de tal convergência, o trabalho de categorização não foi simples, já que alguns elementos poderiam estar em mais de uma categoria simultaneamente.

Uma questão interessante é se, entre as categorias identificadas, há alguma que seria mais determinante para a atuação cidadã, ou se haveria alguma hierarquia entre elas. Nesse sentido, outras questões também se colocam: um cidadão com competências mais desenvolvidas na categoria “Valores Democráticos e Republicanos” poderia ser mais disposto a adquirir e desenvolver as competências das outras dimensões? Haveria um ponto de partida para um processo educativo de educação para democracia? A categoria “Atuação Política” refere-se a competências que devem ser buscadas em um processo educativo ou descreve justamente a expressão em um contexto das competências desenvolvidas, ou seja, o resultado do processo de educativo?

A categoria “Análise do Contexto Sócio-Político” traz a dimensão contextual de conexão com a realidade e poderia ser vista como um ponto de partida para as ações de educação para democracia. No entanto, os exemplos dessa categoria são, em sua maioria, no âmbito mais macro (cidadão nacional), com poucas ações no nível das microrrelações (cidadão comunitário).

É preciso ressaltar que, ao observar o conjunto de competências identificadas na literatura, é necessário cautela para não reforçar a visão descontextualizada de um cidadão ideal. Além disso, acredita-se ser muito difícil uma única pessoa ter condições de desenvolver plenamente todas as competências mapeadas nesse estudo. Sobre estes aspectos, as categorias encontradas expressam uma tendência da literatura da área em abordar aspectos individuais em detrimento de aspectos coletivos.

Nesse sentido, a crítica feita por Biesta e Lawy (2006) nos parece pertinente. Esses autores compartilham a visão de que a educação para a cidadania tem sido realizada a partir de uma perspectiva neoliberal centrada nos atributos e desenvolvimento de competências individuais. Defendem que a cidadania democrática não pode ser vista como um atributo individual, mas como algo indissociável do contexto no qual as pessoas estão inseridas.

Reforçando este alerta, Cosson (2011, p.55) afirma que:

Os estudos que se preocupam com o ensino da democracia se dedicam majoritariamente aos conhecimentos e valores a serem ensinados e às formas como eles são ensinados. Todavia, o letramento político não depende apenas de conteúdos e metodologias, ainda que esses sejam aspectos essenciais de qualquer processo educativo. Também é importante entender o contexto em que a democracia é ensinada. O pressuposto é que o ensino formal da democracia é favorecido por um ambiente democrático e vice-versa.

O aspecto contextual parece, portanto, fundamental para que as categorias de competências identificadas no presente estudo possam ser utilizadas para a reflexão sobre o que deve ser ensinado no planejamento de ações de educação para democracia. Assim, acredita-se que esse levantamento de competências deve ser visto sempre considerando o contexto educativo em questão e utilizando estratégias pedagógicas que favoreçam a conexão entre a coletividade e a vida dos cidadãos. Além disso, é preciso considerar que a educação formal,

tanto escolar quanto extraescolar, é responsável apenas sobre uma parte do que se aprende sobre democracia.

Outro aspecto contextual que nos parece fundamental é a inerente influência de fatores ideológicos e políticos nos processos de educação para democracia. Assim, embora tenha sido possível extrair da literatura especializada um conjunto de competências a serem desenvolvidas, em uma ação concreta de educação, o desenvolvimento dessas competências será permeado pela visão de mundo, de cidadania e de democracia do contexto no qual estiver inserida.

## 6 Conclusões

A presente pesquisa realizou um levantamento bibliográfico sobre as principais competências descritas pela literatura como sendo importantes para a formação cidadã. É preciso considerar como uma limitação deste estudo o escopo de artigos considerados na pesquisa. Assim, trata-se de uma primeira sistematização das competências encontradas em uma amostra limitada de artigos da área.

Com a sistematização das competências/elementos de competências encontrados, foi proposta uma esquematização com cinco categorias: Conhecimento do Estado Democrático; Análise do Contexto Sócio-Político; Habilidades Pessoais; Atuação Política; e Valores Democráticos e Republicanos. Observou-se que as categorias preconizam competências individuais e, em geral, não levam em consideração aspectos contextuais e coletivos. No entanto, podem ser interessantes para o planejamento de ações de educação para democracia caso essas limitações sejam levadas em consideração.

Tais categorias também ressaltam a importância de se trabalhar as várias perspectivas da competência (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) ao abordar as características e atuação de um cidadão ativo.

Para estudos futuros, sugerem-se pesquisas que:

- busquem explorar a articulação entre o desenvolvimento de competências individuais e coletivas;
- identifiquem, descrevam e avaliem metodologias e práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento das competências identificadas, levando em consideração as ponderações realizadas quanto aos aspectos coletivos e contextuais;
- levantem ações concretas de educação para democracia na realidade brasileira para verificar se e como as competências identificadas na literatura estão presentes em tais ações; e
- abordem de que maneira o desenvolvimento das competências identificadas poderia ser inserido no ensino formal.
- e, por fim, que analisem que competências devem ser enfatizadas em cada contexto educacional (ONGs, diferentes setores do governo, partidos, ensino formal, entre outros).

## Referências

- BENEVIDES, Maria V. M. Educação para Democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 38, p. 223-237, dez. 1996.
- BIESTA, Gert; LAWY, Robert. From teaching citizenship to learning democracy. **Cambridge Journal of Education**, v. 36, n. 1, p. 63-79, 2006.
- BITENCOURT, Cláudia C. A gestão de competências gerenciais e a contribuição da aprendizagem organizacional. **RAE: Revista de Administração de Empresas**, v.44, n. 1, p. 58-69, jan./mar. 2004.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Tradução de Marco Aurélio Nogueira.
- BOYATZIZ, R. **The competence manager: A Model for Effective Performance**. New York John Wiley & Sons, 1982.
- COSSON, Rildo. **Escolas do Legislativo, escolas de democracia**. Brasília:Edições Câmara, 2008.
- \_\_\_\_\_. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. **E-Legis**, n. 7, p. 49-58, 2. sem., 2011.
- CRICK, Bernard. **Education for citizenship and teaching of democracy in schools: final report of the Advisory Group on Citizenship**. London: Qualifications and Curriculum Authority (QCA), 1998.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Tradução de Beatriz Sidou
- DELUIZ, Neise. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 3, p. 13-25, 2001.
- DIAS, Isabel. S. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 14, n. 1, p. 73-78, 2010.
- DUARTE, Nilton. Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 75-87, jan./abr. 2010.
- DUTRA, Joel S.; HIPÓLITO, José A. M.; SILVA, Cassiano M. Gestão de pessoas por competências: o caso de uma empresa do setor de telecomunicações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 22., 1998, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANOAD, 1998.
- EDUCATION, AUDIOVISUAL AND CULTURE EXECUTIVE AGENCY – EACEA. P9 Eurydice and Policy Support. **Citizenship Education in Europe**. Brussels: 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 1999.
- GNECCO, José B. A Educação por competências: um olhar crítico. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM PSICOLOGIA (ABEP), 5., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2005.
- GUTMANN, Amy. **Democratic education**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETI, C. (Org) **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MAROY, Christian. A análise qualitativa de entrevistas. In: ALBARELLO, Luc et al. **Práticas de investigação em Ciências Sociais: trajetórias**. Lisboa: Gradiva, 1997.
- MARQUES-JUNIOR, A. M. Educação legislativa: as escolas do Legislativo e a função educativa do Parlamento. **E-Legis**, Brasília, n. 3, p. 73-86, 2. sem. 2009.



PARO, Vitor H. Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 13, n. 1, p. 23-38, 2000.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PRATA, Nilson Vidal. Informação e democracia deliberativa: a dimensão informacional do processo de elaboração participativa das leis. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Legística: Qualidade da Lei e Desenvolvimento**, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2009. Disponível em <[http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes\\_assembleia/obras\\_referencia/arquivos/pdfs/legistica/informacao\\_democracia.pdf](http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/pdfs/legistica/informacao_democracia.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2013.

RICARDO, Elio C. Discussão acerca do ensino por competências: problemas e alternativas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 605-628, maio/ago. 2010.

RUAS, Roberto. **Gestão de competências gerenciais e a aprendizagem nas organizações**. Porto Alegre: UFRGS/PPGA, 1998. Documento de estudo.

\_\_\_\_\_. Gestão por competências: uma contribuição à estratégia das organizações. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Aprendizagem organizacional e competências**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SANDBERG, J. **Human competence at work**. Goteborg: BAS, 1994.

SOBRAL, Fernanda A. F. Educação para a Competitividade ou para a Cidadania Social? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 3-11, jan./mar. 2000.

SPENCER, L. M.; SPENCER, S. **Competence at work**. Boston: John Wiley, 1993.

THE ECONOMIST: Intelligence Unit (2013). **Democracy Index 2013: democracy in limbo: a report from The Economist Intelligence Unit**. Disponível em: <[http://www.eiu.com/public/topical\\_report.aspx?campaignid=Democracy0814](http://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=Democracy0814)>. Acesso em 20 dez. 2013

URBINATI, Nádía. O que torna a representação democrática? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 191-228, 2006.

ZARIFIAN, P. **O modelo da competência**. São Paulo: SENAC, 2003.

Artigo recebido em: 05/05/2015

Artigo aceito para publicação em: 09/03/2016